

Câmara Municipal de São José dos Campos

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33 Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP CEP 12.209-535 - Tel.: (12) 3925.6566 Email: camara@camarasjc.sp.gov.br

ID: 416288

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a autorização para que restaurantes e estabelecimentos congêneres doem alimentos não consumidos no dia para ONGs, associações e pessoas em situação de vulnerabilidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS APROVA A SEGUINTE LEI:

- Art. 1º Fica autorizada a doação de alimentos próprios para consumo, não comercializados ou não consumidos no dia por restaurantes e estabelecimentos congêneres para ONGs, associações e pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito do Município de São José dos Campos.
- § 1º O disposto no caput do artigo 1º contempla comércios, restaurantes, bares e congêneres, hotéis, hipermercados, supermercados, minimercados, "rotisserias", feiras e análogos, fábricas e cozinhas industriais, cujas refeições produzidas resultem em remanescentes que podem ser ainda consumidas.
- § 2º A coleta e distribuição dos alimentos deverão ocorrer em condições adequadas, nos termos da Lei Federal nº 14.016, de 23 de junho de 2020.
- Art. 2º Os alimentos doados devem atender aos seguintes critérios:
- I Estar em condições adequadas de consumo e dentro do prazo de validade, respeitando normas sanitárias e de seguranca alimentar:
- II Ser acondicionados e transportados de forma higiênica até o destino da doação;
- III Ser distribuídos sem fins lucrativos, exclusivamente para assistência social e combate à fome.
- Art. 3º As doações poderão ser feitas diretamente para:
- I ONGs e associações cadastradas que realizam distribuição de alimentos:
- II Abrigos, casas de acolhimento e instituições de caridade;
- III Programas públicos ou privados de combate à fome e assistência a pessoas em vulnerabilidade.







Câmara Municipal de São José dos Campos

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33 Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP CEP 12.209-535 - Tel.: (12) 3925.6566 Email: camara@camarasjc.sp.gov.br

Art. 4º A doação de alimentos excedentes não se configurará, em hipótese alguma, como relação de consumo.

Parágrafo Único: O doador e o intermediário só poderão ser responsabilizados nas esferas civil, penal ou administrativa se for comprovado que agiram com a intenção deliberada de causar prejuízo à saúde de outra pessoa. A responsabilidade do doador se encerra no momento em que realiza a entrega dos alimentos ao intermediário ou diretamente ao beneficiário final, e a do intermediário, no momento em que repassa os alimentos ao destinatário final.

Art. 5º O poder público poderá firmar parcerias para facilitar a logística e regulamentação das doações, garantindo eficiência e transparência na distribuição.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Mario Scholz", 14 de abril de 2025

Ver. Sidney Campos - PSDB



